

Artigos originais

Os três sujeitos do diálogo intradiscursivo nas pesquisas sociais de atribuição de sentido: consequências para a avaliação

DOI: 10.3395/reciis.v4i2.291pt

Fernando Lefevre

Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo,
São Paulo, Brasil
flefevre@usp.br

Ana Maria Cavalcanti Lefevre

Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo,
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
ana@ipdsc.com.br

Resumo

O presente texto discute a relação de comunicação básica presente nas pesquisas sociais empíricas em que há atribuição de sentido a eventos significativos por atores sociais envolvidos. Postula a existência de três sujeitos em ação nesta relação: o sujeito do pensamento coletivo, o sujeito pesquisador autor da pesquisa empírica e o sujeito leitor desta pesquisa. Os segundos e terceiros sujeitos são sujeitos clássicos da pesquisa e o primeiro sujeito é a novidade introduzida pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo. De fato, o pensamento coletivo reconstituído pela pesquisa, que é geralmente visto como resultado da pesquisa e fruto do trabalho do pesquisador/autor, ficando a ele atrelado, ganha, nesta metodologia, o estatuto de sujeito da pesquisa. Parte-se da ideia de que estes três sujeitos e suas complexas relações devem estar perfeitamente claros nas pesquisas para que a crítica destas pesquisas e a avaliação da sua qualidade possa ser estabelecida de modo adequado.

Palavras-chave

pesquisas de opinião; relação de comunicação; avaliação de qualidade; discurso do sujeito coletivo; sujeitos de discurso

A tese

Postula-se que

1. Na rede elementar de comunicação presente na leitura de um texto de ciências sociais aplicadas que comporte, em sua base, pesquisa empírica de atribuição de sentido, deveríamos ter *três sujeitos básicos distintos*: a realidade se autoexpressando; o pesquisador/autor comentando, interpretando ou discutindo, metadiscursivamente, esta realidade; o leitor do texto processando (cognitivamente) estes dois sujeitos isoladamente bem como a relação entre os dois.

2. A indistinção entre estes três sujeitos dificulta o exercício da crítica, a busca da verdade e a possibilidade de avaliação da qualidade das pesquisas de atribuição social de sentido.

Vamos às partes

Rede elementar de comunicação

Parte-se da ideia que um texto de uma pesquisa empírica de atribuição de sentido em ciências sociais só começa a existir enquanto fato comunicativo quando os dados da pesquisa (previamente planejada, é claro) forem coletados e processados, quando tais resultados forem analisados e quando o conjunto for publicado, ou tornado de alguma forma público e, como tal, acessado por um leitor.

Esta é a base, o fato comunicacional elementar que pode, a partir daí, se desdobrar; ou seja, por exemplo, a pesquisa em questão não apenas ser lida por um leitor qualquer mas, além disso, ser comentada por um leitor especializado que decide escrever outro artigo criticando o primeiro artigo etc., dando lugar ao processo de semiose infinita (VERON, 1980) consistente na ação de um signo interpretante (PEIRCE, 1975) sobre outro.

Abaixo ou aquém deste dialogo de três sujeitos estaremos num regime infracomunicativo; acima ou além, num regime supracomunicativo.

Uma pesquisa empírica apenas produzida (e não há poucas neste caso...), por exemplo, uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado que ninguém, salvo a banca examinadora, tenha lido, gera apenas um fato burocrático (um grau acadêmico conquistado) e não um fato comunicativo.

No outro extremo, uma pesquisa empírica publicada numa revista de ampla circulação ou num livro, lida e comentada por um grande público e que tenha sido objeto de publicações críticas por especialistas renomados da área (deixando de lado toda a polêmica atual em torno da “bibliometria” e dos chamados “fatores de impacto”) gera, evidentemente, um mega-fato comunicativo.

Pesquisa empírica de opinião em ciências sociais aplicadas

Estamos aqui defendendo uma tese relativa à nossa área, no caso ciências sociais aplicadas, não porque tal tese se aplique apenas a esta área mas porque, prudentemente, devemos (ou deveríamos), sempre, falar (escrever, comentar, criticar) apenas sobre aquilo que faz parte de nossa vivência mais imediata.

É até provável que muito ou algo do que se diga aqui se aplique a outras áreas além da citada e, numa certa medida mesmo, a toda e qualquer área, mas não convém, pare-nos, generalizar os argumentos aqui tecidos sob pena de enfraquecê-los por falta de vivência e exemplos práticos.

Os sujeitos

É evidente que não há comunicação humana sem atores comunicativos, ou seja, sem sujeitos movidos pela intenção de comunicar ou capazes de dizer alguma coisa para alguém.

Definir claramente quem são os sujeitos em questão nos processos comunicativos e quais seus atributos sociais, pessoais, epistemológicos, institucionais, políticos e circunstanciais é básico para o entendimento de tais processos comunicativos.

Básico, mas nem sempre fácil, porque os sujeitos nem sempre são físicos, visíveis, elementares (por exemplo, aqueles em ação numa conversa entre duas pessoas face a face num bar) havendo, em muitos casos, necessidade da formulação de hipóteses sobre a natureza e os atributos dos agentes ou atores em comunicação.

No caso aqui discutido, certamente há necessidade da formulação de hipóteses sobre os sujeitos envolvidos já que eles estão longe de serem auto-evidentes.

Três sujeitos básicos distintos

No caso em tela – a comunicação elementar quando se trata de uma pesquisa empírica de atribuição de sentido em ciências sociais aplicadas – é fácil entender a presença de dois sujeitos se comunicando: o autor e o leitor do artigo ou livro mas, como dissemos acima, não há, no caso, dois mas três sujeitos em ação, sendo o terceiro a própria realidade se expressando. Temos que precisar agora o uso do termo “sujeito” e suas qualificações.

O primeiro sujeito é o próprio sujeito do pensamento coletivo e aí não importa, para o seu estatuto de sujeito, que ele esteja “fisicamente” no mesmo texto que está “sob o comando” do segundo sujeito, o autor. É preciso entender que, se o segundo sujeito, o autor, reconstituiu de modo adequado o pensamento coletivo, instituiu, no mesmo movimento, o primeiro sujeito, o sujeito deste pensamento coletivo, que ganhou autonomia enquanto sujeito.

O segundo sujeito – o autor - é o *ator social* que é sujeito apenas na medida em que se institui e é instituído como autoridade responsável (no sentido que Bourdieu, 1982, confere ao termo) pelo texto e suas afirmações.

O terceiro sujeito é igualmente um ator social, neste caso, o *ator social leitor*, que em certas circunstâncias (por exemplo, quando atua como parecerista em uma publicação especializada) também recebe uma delegação social para o exercício da leitura crítico-analítica-avaliativa.

É curioso, mas a dificuldade que se tem de admitir o primeiro sujeito de uma coletividade humana se auto-expressando não parece ser de ordem ontológica mas de ordem meramente linguística. De fato, todos admitem que os pensamentos, opiniões, representações sociais ou coletivas existem; que são, segundo Durkheim (1996), fatos ou realidades sociais existentes. Porque então tais representações não aparecem como tal nas pesquisas que buscam resgatá-las? Porque aparecem ou como reificações matemáticas (do tipo “30% dos jovens brasileiros acham que...”) ou como uma “terceira pessoa”, de quem se fala (“a fala dos depoentes revela que...”) e não como uma “primeira pessoa” que fala, diretamente?

A hipótese é que tal negatividade se dá por um conflito entre substância e expressão: substantivamente admite-se, até sem dificuldade, que o pensamento ou a opinião coletiva existam mas, como a matéria (prima) do pensamento é o depoimento - discurso linguístico da opinião enunciado na primeira pessoa do singular - encontra-se dificuldade, por falta de “pessoa verbal” adequada, para agregar tais depoimentos a fim de que o pensamento coletivo possa se auto-expressar.

Algumas “soluções básicas” foram tentadas para fazer face a este problema da forma de expressão, nas pesquisas empíricas, do pensamento das coletividades.

A “solução” quantitativista, que consiste em enquadrar o pensamento coletivo sob a forma de alternativas prévias de resposta, permite a agregação mas viola a natureza eminentemente discursiva da opinião e, ademais, retira a liberdade ao depoente de expressar abertamente e sem constrangimentos prévios seu pensamento.

A “solução” pela categorização pura e simples de respostas a perguntas abertas restabelece a liberdade do depoimento mas reaprisona os resultados sob a forma de categorias, que viabilizam a agregação de respostas mas apenas na medida em que os elementos, ou seja, os diferentes conteúdos presentes nas respostas agrupadas sob a rubrica da categoria, se igualam, o que acaba por matar a variabilidade interna e, conseqüentemente, a riqueza, os desdobramentos e a própria cadeia argumentativa da opinião coletiva, transformando assim um fato sociológico e discursivo num fato matemático.

A “solução” pelos grupos (grupo foco etc.) é artificial na medida em que cria, por intermédio da redução grupal, um microcosmo social, uma “pequena sociedade” manipulável pelo pesquisador (os grupos são constituídos, em geral, selecionando-se os seus membros por variáveis sociais, demográficas, culturais, etc), constituindo um espaço no qual os membros “trocam” ideias sobre um tema e restituindo assim, supostamente, a “qualidade” da opinião, identificada, equivocadamente, com sua exploração em profundidade.

Uma variante desta “solução” consiste, partindo-se de uma pesquisa de base com uma amostra grande, na realização de entrevistas individuais em profundidade com um número reduzido de sujeitos, buscando pela mesma via da exploração “em profundidade”, restabelecer a “qualidade” da opinião; ou, inversamente, realizar inicialmente uma pesquisa qualitativa com amostra pequena trabalhando os dados em profundidade, com vistas a gerar material para uma pesquisa posterior, quantitativa que usa o material da pesquisa qualitativa para confeccionar alternativas para a pesquisa em extensão. E a “solução” metalingüística, na qual se “assume” o pensamento coletivo sob o manto do discurso que, na terceira pessoa, fala, do alto do Olimpo da Ciência ou da Teoria, “deles” (os atores sociais) e de seus pensamentos.

Pode-se verificar facilmente que nenhuma destas soluções permite a emergência do pensamento coletivo como fato social capaz de se autoexpressar.

A opinião como depoimento

Para que uma opinião coletiva possa se autoexpressar numa pesquisa empírica seria preciso – o que não fica garantido por nenhuma das “soluções” acima descritas - que a sua natureza discursiva de opinião e seu atributo “coletivo” permaneçam preservados ao final da pesquisas, aceitando-se o pressuposto que a opinião como variável empírica tem, e não pode deixar de ter, a forma de depoimento.

Trata-se então de restabelecer, na escala coletiva, a opinião na forma de depoimento. É o que se busca fazer por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (2005) ou DSC, que consiste na confecção de depoimentos coletivos redigidos com o material dos depoimentos individuais que apresentam opiniões de sentido semelhante.

O DSC foi, desta forma, construído para viabilizar a expressão direta do pensamento coletivo, constituindo sujeitos coletivos veiculadores de opiniões coletivas.

A cadeia semiótica desejável para a pesquisa empírica de opinião

Voltando à nossa tese, diríamos que a constituição destes três sujeitos é necessária para que se estabeleça a cadeia semiótica desejável num empreendimento científico que busque a verdade do pensamento coletivo.

Nesse sentido, vale colocar que o pensamento coletivo precisa se autoexpressar na pesquisa empírica da maneira mais clara possível, de sorte que se possa ter a garantia de que o que está sendo descrito é, efetivamente, o pensamento da coletividade e não aquilo que o pesquisador arbitrariamente institui como sendo o pensamento coletivo.

Para isso é preciso ficar atento às manobras sedutoras de todo tipo desenvolvidas pelos autores/pesquisadores (citações numerosas, recurso a autoridades na matéria, manobras retórico-literárias como o uso de metáforas fortes, encadeamentos discursivos que parecem verdadeiros, mas que partem de premissas falsas etc.) e que estão presentes nas pesquisas de opinião ou representação social e que, quando bem sucedidas, envolvem o leitor fazendo com que acredite que o que está sendo reconstituído é o pensamento da coletividade quando, de fato, o que se tem é uma criação mais ou menos delirante ou literária do pesquisador.

Assim, o sujeito coletivo que expressa diretamente o pensamento coletivo precisa ser distinguido claramente do sujeito/pesquisador que o reconstituiu e que fala *sobre esta fala*, para que os dois discursos não se confundam, como sói acontecer nas ciências sociais humanas.

Um exemplo de pesquisa com identificação do sujeito do pensamento coletivo e do sujeito pesquisador

Vamos apresentar aqui, a título de exemplo alguns aspectos relevantes, para as nossas finalidades, da pesquisa Representações sobre dengue, seu vetor e ações de controle de moradores do Município de São Sebastião, Litoral Norte, São Paulo, Brasil, desenvolvida pelos pesquisadores Ana Maria Cavalcanti Lefèvre, Andressa Francisca Ribeiro, Gisela Rita de Alvarenga Monteiro Marques, Lígia Leandro Nunes Serpa e Fernando Lefèvre, publicada nos Cadernos de Saúde Pública (LEFEVRE et al., 2007).

Buscou-se, neste trabalho, usando o método do Discurso do Sujeito Coletivo, identificar conhecimentos da população do município de São Sebastião, SP, sobre a dengue e biologia do vetor, com vistas a propiciar, através deste conhecimento, o diálogo entre a lógica técnica e a leiga para conseguir avanços concretos na participação e no controle social da Dengue e seu vetor.

Neste exemplo podem ser identificados claramente os sujeitos do pensamento coletivo e os sujeitos pesquisadores; estão também explicitados os procedimentos para reconstituição, pelo sujeito pesquisador, do sujeito do pensamento coletivo e seus discursos bem como as considerações interpretativas do sujeito pesquisador sobre o pensamento coletivo descrito.

Procedimentos adotados pelo sujeito pesquisador para escolha da população pesquisada

Foi adotada, na pesquisa, amostragem por conglomerados em dois estágios: bairros e depois edificações. Foi selecionada uma área considerada de antiga infestação por *Aedes aegypti* e com transmissão de dengue nos últimos cinco anos, que atualmente apresenta 502 quadras e 17.535 imóveis.

Os domicílios nos quais se deram as entrevistas foram definidos por meio de sorteio numérico. Para tanto, considerou-se o número de imóveis por quadra, informação disponível em função das atividades de controle de dengue realizadas pelo município.

Para a localização exata do imóvel no bairro, o número do imóvel sorteado era localizado após o posicionamento do entrevistador na esquina mais ao norte da quadra amostrada. Em seguida, o mesmo iniciava a contagem das casas em sentido horário até atingir o número sorteado. Quando havia recusa de entrevista ou ausência do morador, considerava-se o imóvel seguinte.

Procedimentos adotados pelo sujeito pesquisador para a reconstituição do pensamento coletivo

Qualitativamente, o pensamento coletivo foi assim reconstituído: com base nos princípios do DSC, cada resposta a cada questão da pesquisa foi analisada selecionando-se, literalmente, de cada resposta as suas expressões-chave, isto é, os segmentos mais significativos da resposta que revelam o conteúdo do pensamento emitido. Em seguida, a cada um destes conteúdos selecionados associou-se uma expressão sintética – a ideia central – que enuncia o sentido presente nas respostas. Depois, foram identificadas as ideias centrais que apresentam sentido semelhante, reunindo-as numa categoria genérica que denomina tal sentido semelhante. Finalmente, as expressões chave das respostas presentes na mesma categoria foram reunidas nos Discursos do Sujeito Coletivo redigidos na primeira pessoa do singular, cada um expressando um posicionamento presente na população pesquisada sobre o tema em questão.

Quantitativamente, os distintos pensamentos coletivos foram distribuídos em quadros, que revelam o quantitativo das respostas que foram agrupadas numa categoria de resposta, divididas pelo total de respostas presentes naquela pergunta.

Deve-se salientar que, atualmente, os procedimentos quantitativos foram alterados na metodologia do DSC abandonando-se o cálculo por total de respostas e adotando-se o cálculo pelo total de entrevistados.

Exemplo de sujeito do pensamento coletivo e seus discursos: resultados quantitativos e qualitativos

Apresentam-se aqui todas as ideias centrais da questão 1, mas apenas o DSC da ideia central mais compartilhada; nas pesquisas que usam o DSC, contudo, são apresentados todos os Discursos do Sujeito Coletivo de todas as ideias centrais (Tabela).

É perigosa! Nossa, judia muito! É perigosa porque causa doenças. Essa doença, a dengue, eu sei que é uma doença perigosa. Se não cuidar a tempo pode levar a morte. Segundo o que fiquei sabendo, em vista do que tem sido divulgada na notícia e na televisão, em vista do que a gente conhece, eu ouvi que pode até matar, se a pessoa pegar a dengue ela pode até morrer; diz que chega até matar se não levar a tempo pra medicar, se não for diagnosticado no primeiro momento. As pessoas, elas estão cientes, mas só que mesmo assim abusam um pouco.

Tabela – Você já ouviu falar em dengue? É uma doença perigosa ou não?

Ideias centrais	% de respostas
Ideia central A - Sim, porque pode levar a pessoa à morte	22,48%
Ideia central B - Acha que é perigosa por ter visto, ouvido ou vivido a experiência	17,05%
Ideia central C - Sim, porque produz sintomas graves causando danos à saúde	14,73%
Ideia central D - Sim, dependendo do tipo	10,85%
Ideia central E - É perigosa e é preciso controlar o meio ambiente e conscientizar as pessoas	10,85%
Ideia central F - Sim, porque é contagiosa, transmissível, podendo causar epidemias	8,53%
Ideia central G - Sim, quando a pessoa tem dengue mais de uma vez	5,43%
Ideia central H - É mais perigosa para crianças e idosos	3,88%
Ideia central I - Sim e a pessoa precisa ter cuidados	2,33%
Ideia central J - Não sabe ou não tem certeza se é perigosa	2,33%
Ideia central K - Sim, é perigosa	1,55%
11 ideias centrais	100%

DSC da ideia central A - Sim, porque pode levar a pessoa à morte

Alguns elementos de interpretação do sujeito pesquisador sobre o pensamento coletivo

A partir da reconstituição qualitativa e quantitativa dos discursos presentes na pesquisa em tela, que revelam a presença do primeiro sujeito - o pensamento coletivo e seus discursos - o segundo sujeito pode entrar em ação, desenvolvendo, metadiscursivamente, algumas grandes linhas de interpretação.

Assim, pode-se colocar que o **conhecimento** sobre os vários aspectos da dengue revelado pelos entrevistados, como é característico das representações sociais sobre temas técnicos ou científicos, revela-se:

- *incompleto e às vezes equivocado*, notadamente, como se assinalou, no que toca à relação entre água limpa e doença, que colide com a representação social clássica, em que a doença tem a ver com “sujo” e saúde com “limpo”; nota-se ainda que a doença é vista como perigosa mas não há quase qualquer menção ao risco eminente de uma epidemia; uma ideia equivocada ainda presente é a do lixo, em si, como criadouro da doença; há também alto

desconhecimento da fase ovo do desenvolvimento do vetor;

- *fragmentado*, com baixo grau de integração entre as partes: identifica-se que a dengue tem a ver com recipientes, água, mosquitos, larvas, ovos, vírus, lixo, trabalho integrado entre poder público e população, mas é fraca ou quase nula a consciência da adequada relação entre estes elementos.

As *atitudes*, por seu turno, revelam algum grau de *descrença* na participação popular, atribuída a uma tendência atávica desta população ao relaxamento. Quanto aos *comportamentos*, revelam com frequência *aderência muitas vezes externa*, formal, “bem comportada” (“na minha casa eu faço as coisas direitinho, é tudo bem limpinho e organizado”) às recomendações ou diretivas emanadas do poder público.

Sugere-se, portanto, da parte dos poderes públicos, ações eficientes e eficazes de IEC, ou seja: é preciso Informar, Educar e Comunicar.

Informar - colocando a população permanentemente a par, com dados claramente compreensíveis, da evolução da

doença no país, no estado e particularmente no local, com vistas a, através da informação, induzir à participação;

Educar - buscando, sobretudo, esclarecer a população sobre o relacionamento entre as partes do fenômeno dengue, enfermidade transmissível;

Comunicar - buscando o relacionamento entre o ator técnico e o cidadão, pelo estabelecimento do contato via diálogo pedagógico interativo, com os uso de técnicas, instrumentos e linguagens adequadas para que a dengue possa fazer sentido não na teoria (lógica sanitária), mas no cotidiano (lógica do senso comum) da vida das populações, vítimas reais e potenciais da doença, de um ponto de vista crítico.

Continuando no exemplo acima, podemos colocar que, sendo o artigo em questão publicado por uma revista especializada – os Cadernos de Saúde Pública - temos a presença de terceiros sujeitos: leitores do artigo que o leram e aprovaram para publicação, permitindo com isso o acesso ao texto por outros terceiros sujeitos, os leitores deste número dos Cadernos de Saúde Pública, sendo que, destes, alguns poderiam acrescentar mais um elo à cadeia semiótica, na medida em que estivessem utilizando o artigo em tela como referência para um outro artigo envolvendo a temática.

Conclusão

A distinção clara entre os dois sujeitos, o do pensamento coletivo e o sujeito-pesquisador, é fundamental para que o terceiro sujeito, aquele que lê e consome a pesquisa publicada no livro ou na revista, possa exercer sua crítica.

Com efeito, quando um terceiro sujeito/pesquisador exerce uma crítica sobre uma dada pesquisa de atribuição de sentido, é preciso que fique perfeitamente claro que a crítica deverá incidir sobre a própria reconstrução do fato empírico, ou seja, sobre a gênese e a descrição do pensamento coletivo e sobre a interpretação/discussão deste fato empírico oferecida.

Ora, quando numa dada pesquisa (o que acontece com muita frequência) não se consegue distinguir com clareza o fato social de base – o pensamento coletivo – de sua discussão/interpretação, torna-se impossível o exercício pleno, pelo terceiro sujeito, da crítica e da avaliação porque não há acordo mínimo sobre o que se está falando, condição básica para a existência de um autêntico processo comunicativo cujo objetivo seja a busca da verdade.

Quando uma pesquisa tem como objetivo saber o que uma dada comunidade pensa, que sentidos dá a um dado fato ou conjunto de fatos ou fenômenos, tal pesquisa

tem que dar nascimento a um fato social reconstituído – o pensamento da coletividade x sobre o evento y – que precisa ter a mesma clareza daquela presente numa descrição de atributos objetivos desta população: sexo, idade, grau de instrução etc.

Porque é tão difícil que tal aconteça?

A hipótese desenvolvida neste trabalho é que isso acontece porque a variável em questão – o sentido atribuído por uma coletividade a eventos significativos - tem, empiricamente, a forma de depoimento, isto é de discursos individuais emitidos na primeira pessoa do singular, condição que se considera que deva ser superada para que o pensamento coletivo possa emergir na pesquisa.

Assim, para que seja viabilizado, ou o pensamento coletivo vira variável matemática ou objeto – e, portanto, não sujeito – de um discurso ou metadiscurso de um sujeito – o pesquisador.

Deixando de lado a matematização, que claramente viola a natureza discursiva do pensamento, no caso do discurso metalinguístico do pesquisador, fica impossível separar uma coisa da outra e não se consegue saber, enquanto fato social autônomo, o que a comunidade pensa, uma vez que tal pensamento está inextricavelmente mesclado ou amarrado, ou confundido com o pensamento do pesquisador.

Por isso, para possibilitar o desejável exercício da crítica e da avaliação isentas, quando se trata de pesquisas que lidam com matéria preta de subjetividade – como a atribuição de sentido como ato social – é preciso que estes dois discursos sejam “desamarrados” um do outro. Uma vez o discurso do pensamento coletivo desatrelado do discurso do pesquisador fica possível saber como, na pesquisa avaliada, o pensamento coletivo foi reconstituído e o produto desta reconstrução obtido viabilizando-se a crítica sobre o processo e o produto e, conseqüentemente, o julgamento se houve ou não, ou em que medida houve, uma adequada reconstrução do pensamento da coletividade.

Supondo-se a reconstrução bem feita é, agora, possível passar para a segunda fase da crítica na qual o sujeito avaliador vai poder julgar a interpretação oferecida pelo pesquisador para o pensamento coletivo que ele reconstituiu.

A conclusão que se pode tirar é que, quando se trata de avaliar a qualidade de uma pesquisa, de um artigo, de um livro em que esteja envolvida matéria subjetiva como a atribuição de sentido por atores sociais a eventos relevantes, ou seja, quando estamos em presença de um leitor (social e institucionalmente) qualificado e necessariamente crítico da pesquisa publicada, há, como diria o bardo, muito mais coisas entre o céu e a terra do que sonha nossa vã filosofia...

Referências

- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. **Depoimentos e discursos**. Brasília: Liberlivro, 2005.
- LEFEVRE, A.M.C. et al. Representações sobre dengue, seu vetor e ações de controle de moradores do Município de São Sebastião, Litoral Norte, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.23, n.7, p.1696-1706, 2007.
- PEIRCE, C.S. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1975.
- VERON, E. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1980.